

3.1 PEDIDOS DE ISENÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E OUTRAS:

Da Divisão Financeira submetendo à consideração do Executivo os seguintes pedidos de isenção de ocupação de espaço público, enquadrados no Artº H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga (Isenções relativas a Operações Urbanística no Centro Histórico), em que o **DMGAP** se pronunciou favoravelmente:

- **Empresa Novlan Invest, Lda.** – obras de reconstrução e ampliação de edifício na rua da Boavista, nº 27/29 – União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) – no valor de **1.527,38€;**
- **Fundação Maria Beatriz Lopes da Cunha** – taxas referentes a prorrogação de prazo da emissão do alvará de construção do prédio sito na rua da Igreja Nova – Gualtar – no valor de **192,10€;**
- **Condomínio do prédio sito na avenida General Norton de Matos, 17, 21 e 23** – S. Vicente – obras de reabilitação da fachada principal, terraços de cobertura – no valor de **2.091,39€;**
- **Condomínio do Prédio sito na rua S. Sebastião, nº 80** – União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade) – obras de beneficiação e conservação – no valor de **419,85€;**
- **José da Costa Pimentel** – obras de reconstrução e ampliação de edifício na rua de S. Vítor, nº 188 – S. Vítor – no valor de **2.285,92.**

A ... de ...

191018

[Handwritten signature]

Nº Informação: 24665

Data: 12/08/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 13718/2017, referente a taxas de OEP, para a realização de obras de reconstrução e ampliação de prédio sito na Rua da Boavista nº 27/29, da União de Freguesias de (Maximinos, Sé e Cidade), cujo proprietário é a Empresa Novian Invest, Lda, contribuinte nº 510426662, no valor de 1527,38€ (mil quinhentos e vinte e sete euros e trinta e oito cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- i) Emissão de alvará = 98,65€
- ii) Prazo = 24 meses x 14,95€ = 358,800€
- iii) Área de construção = 288,98 m² x 1,15 € = 332,33€
- iv) Área de varandas = 11,24m x 1,15€ = 12,93
- v) Emissão do alvará de licença de OEP = 98,65
- vi) Prazo de licença = 7 meses x 14,95€ = 104,65€
- vii) Áreas de OEP = 6,10m + 1,00m + 1,00m = 8,10m x 3 pisos x 7 meses x 2,45€ = 416,75€
- viii) OEP = 6,10m x 1,00m = 6,10 m² x 7 meses x 2,45€ = 104,62€

Total = 1527,38€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através do I/10190, datado de 01/04/2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

Autuado.

[Handwritten signature]



BRAGA
Município

MGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

Visto. À ordem do h. DPCG, M. Rafael
Junior.

2019/10/14

→

A Consideração Superior.
Rafael Junior,
14/10/19.

Concedido
O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Processos
Miguel Antunes Guimarães
16/10/2019

À 5 de Junho.

191018



Nº Informação: 18530

Data: 17/06/2019

Assunto: Análise e Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº718/2012 –Taxas de prorrogação da emissão do alvará da construção de prédio sita na Rua da igreja Nova, freguesia de Gualtar, desta cidade, contribuinte nº 510958567, em nome de Fundação Maria Beatriz Lopes da Cunha, no valor de 192,10€ (cento e noventa e dois euros e dez cêntimos)

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe

i) –Prorrogação do alvará de obras de edificação = 57,55€

ii) Prazo a prorrogar = 9 meses x 14,95€ = 134,55€

Total = 192,10€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP, através de I/ 18108 de 13/06/2019

O artigo H-1/16º refere:

Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:

- a) As freguesias;
- b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
- c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
- d) As pessoas coletivas religiosas;
- e) As associações desportivas legalmente constituídas;
- f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
- g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

A isenção pode ser fundamentada pela alínea b) do artigo H-1/19º que refere: "As isenções e reduções previstas no presente Título visam: b) Facilitar a concretização das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades abrangidas;"

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais



António



BRAGA
Município

DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior

A Divisão Financeira.

A Consideração supem.
Bragança, 08/10/19.

Visto. À unidade de l. DNAG, Dr. Miguel
Gomes.

2019/10/14

O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospeção
Miguel António Guimarães

Wmido.

10/10/2019

A. S. de S. M.

15/10/18

[Handwritten signature]

Nº Informação: 18231
Data: 14/06/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 218/2019, taxas de reabilitação da fachada principal, terraços de cobertura ao nível do terceiro andar sito na Avenida General Norton de Matos, nºs 17, 21 e 23, freguesia de S. Vicente, desta cidade, representada pelo Condomínio do prédio mencionado, identificação fiscal nº 901 427 560, no valor de 2 091.39 € (dois mil noventa e um euros e trinta e nove cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe.

- i) Emissão de alvará = 98,65€
- ii) Prazo da Licença – 2 meses x 14,95 € = 29,90€
- iii) Prazo com tapume = 36m + 1,00m + 1,00m = 38,00m x 8 pisos x 2 meses x 2,45€ = 1 489,60€
- iv) OVP = 36,00m² x 1 = 36,00m² x 2 x 2,45 = 176,40€
- V – Emissão do alvará de OEP = 96,56€
- Vi Prazo da licença – 2 meses x 14,46€ = 28,92€

Total = 1 794,55 € + 296,84 € = 2 091. 39€

As isenções requeridas foram objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através dos I/22002 e I/6583, datados respetivamente de 09/07/2018 e 28/02/2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira,

[Handwritten signature]

Prac. Conde de Agrolongo 4704 - 514 Braga
Balcão Único Municipal
MODCMB02001_00

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
[Handwritten signature]
Tel. 253 209 150 - Fax 253 613 387

*A Consideração Superior.
Municipal, 08/10/2019.*

*Visto. À ordem do h. DN60P.
2.ª rep. final.
29/10/18*

A. M. de Sousa
19 10 18
[Signature]

Nº Informação: 30097

Data: 03/10/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 883/2019 - Condomínio do Prédio sito na Rua S. Sebastião, n.º 80, com o número de identificação fiscal 902 016 814 – taxa de Ocupação do Espaço Público (andaime) para realização de obras de beneficiação e conservação do imóvel sito na Rua S. Sebastião, n.º 80, União das Freguesias de Braga – Maximinos, Sé e Cividade, no valor de 419,85€ (quatrocentos dezanove euros, oitenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) OEP: 73,50€
- iv) Tapume: 232,75€

TOTAL = 419,85€

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 21522, de 15 de julho de 2019, que se anexa.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.



Visto. À ordem do Sr. DMGAP.

2019/10/08



Com a minha concordância,
À consideração superior.
Pauvinda,

Concedo.

16/10/2019
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

Utilizador: Margarida Maria Vasconcelos Ferreira Mesquita Araújo

Nº Informação: 31075
Data: 11/10/2019

A. M. de Entro.

19/10/18



Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 836/2018 – José da Costa Pimentel, com o número de identificação fiscal 171 805 950 – taxas de Licença e Ocupação do Espaço Público (andaime/tapume) para realização de obras de reconstrução e ampliação do imóvel sito na Rua de S. Vitor, n.º 188, Freguesia de S. Vitor, Braga, no valor total de 2.285,92€ (dois mil, duzentos oitenta cinco euros, noventa e dois cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Licença e de Ocupação de Espaço Público (OEP)

i) Emissão de alvará de licença: 98,65€

ii) Prazo da licença (12 meses): 179,40€

iii) Áreas de reconstrução e ampliação: 764,94€

iv) Emissão de alvará de OEP: 98,65€

v) Prazo da licença (6 meses): 89,70€

vi) OEP: 296,06€

vii) Tapume: 758,52€

TOTAL = 2.285,92€

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que a Taxa Municipal de Urbanização (TMU), após emissão da Fatura n.º 009/23376, de 12/09/2019, foi cobrada na mesma data, pela Guia n.º 03/9800, no valor total de 1.400,67€ (mil, quatrocentos euros, sessenta e sete cêntimos), não existindo qualquer outro valor em dívida, conforme documento anexo.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 27310/2019, de 11 de setembro de 2019, que se anexa.

O artigo H-1/17º refere:

i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;

ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;

iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

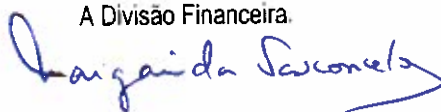


Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.



Concordo com a informação técnica.
À consideração superior.

Durkade, 11/10/19.

Visto. À ordem do Sr. D. D. D. P. A. A. A. A.
f. f. f. f.

2019/10/14



Concordo.

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
15/10/19
M. A. G. Guimarães

Utilizador: Margarida Maria Vasconcelos Ferreira Mesquita Araujo